



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 2994 22/11/2024

MGI CANCELA REUNIÃO QUE IRIA DEBATER DIRETRIZES DE CARREIRA



O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) cancelou uma reunião que estava confirmada com a direção da Condsef/Fenadsef nessa quinta-feira, 21. A assessoria jurídica da Confederação também participaria do encontro.

A reunião teria como pauta central a apresentação de uma proposta ampla da entidade sobre diretrizes para a construção dos planos de cargos e carreiras. Entre os pontos centrais da proposta estão a adoção de medidas para combater as distorções salariais atualmente existentes, a transversalidade, a rejeição à conceituação de “carreiras típicas de Estado” e a manutenção de cargos de nível médio e auxiliar. A proposta também aborda a existência de mais de 300 tabelas salariais das carreiras do Executivo, a grande amplitude salarial entre carreiras e até mesmo entre os níveis de uma mesma carreira, além da perpetuação de castas burocráticas no serviço público.

Quanto à estrutura remuneratória, a defesa é pelo estabelecimento de um piso salarial e de uma relação justa entre o menor e o maior salário. Para as entidades, a referência para estabelecer o piso salarial dos servidores públicos deve ser o salário-mínimo do Dieese, calculado em R\$ 6.802,88 em julho de 2024. Atualmente, 28% dos ativos e 42% dos aposentados e pensionistas têm remuneração inferior a esse piso, situação que evidencia as desigualdades existentes.

Nessas condições, a relação entre o menor e o maior salário no serviço público não deveria ultrapassar, por exemplo, seis vezes.

Na pauta também estaria a proposta para o estabelecimento de um teto salarial absoluto no serviço público federal, equiparado ao salário dos ministros do STF. Além disso, há reivindicações pelo fim dos privilégios de certos grupos de carreiras, mais investimentos em concursos públicos e pela preservação de todos os direitos das aposentadas, aposentados e pensionistas de todas as carreiras, incluindo a restauração plena da paridadeativo-aposentado-pensionista.

Para a Condsef/Fenadsef e suas filiadas, a postura do MGI tem demonstrado uma política tecnocrata que privilegia apenas alguns setores do serviço público, deixando a maioria dos trabalhadores em desvantagem. Este cenário reforça a necessidade de ações contundentes e unificadas por parte das entidades representativas, com vistas a garantir maior equidade e valorização do funcionalismo.

Além disso, na reunião cancelada de hoje, a Condsef/Fenadsef também voltaria a cobrar o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei (PL) com os reajustes do funcionalismo. Devido aos prazos e à complexidade para que uma proposta com mais de setecentas páginas, segundo o próprio MGI, seja votada antes do recesso parlamentar, a entidade defende que seja enviada uma medida provisória (MP).

A possibilidade de que o reajuste seja viabilizado por MP ainda não está confirmada pelo governo, mas esse caminho garantiria que os proventos fossem ajustados a partir de janeiro, como firmado nos acordos junto ao MGI. “Foi lamentável que a reunião que tínhamos confirmada para hoje tenha sido cancelada e sem ainda a confirmação de uma nova data. Mas seguiremos cobrando do MGI retorno sobre as demandas mais urgentes de nossa base e o envio ao Congresso dos acordos firmados com o funcionalismo”, disse Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.



Para saber mais acesse
 as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Letícia Alues e Junior Tavares

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO